chance para quem perdeu o prazo.

Ainda há tempo para que ministros e secretários estaduais e municipais renunciem às suas funções, se quiserem concorrer à eleição de outubro. Por um acordo de lideranças fechado ontem, no Senado e na Câmara, o projeto da nova lei complementar das inelegibilidades vai estabelecer que a norma entra em vigor 48 horas após sua publicação — o que significa que até o início de maio os interessados em concorrer poderão se habilitar. Nessas condições encontram-se, entre outros, os ministros Bernardo Cabral, Alceny Guerra e Carlos Chiarelli, parlamentares licenciados.

Os chamados comunicadores de emissoras de rádio e tevê terão de se afastar das funções até

três meses antes da eleição, do contrário correrão o risco de ficar inelegiveis. O projeto da Câmara fixou esse prazo em quatro meses, mas o Senado já acenou com a sua redução. O empresário Sílvio Santos está incluído nessa exigência, assim como o deputado Hélio Costa, que pretende concorrer à sucessão mineira pelo PRN.

Graças ao acordo das lideranças na Câmara e no Senado foi possível acabar com o impasse de mais de um mês na elaboração e votação do projeto de lei das inelegibilidades. Os senadores aceitaram as explicações dos deputados Inocêncio Oliveira e Bonifácio de Andrada de que a "errata" com emendas enviadas uma semana depois de votado o projeto tinha

sido apreciada normalmente. O próprio autor da denúncia de irregularidades na votação da Câmara, senador Jarbas Passarinho, aceitou o esclarecimento. E ficou combinado que a Câmara enviará novamente seu antigo projeto ao Senado, com as emendas votadas, reiniciando novo processo.

Entre as alterações figura a supressão da chamada "emenda Roriz". Se quiser concorrer mesmo à sucessão de Brasília, Joaquim Roriz terá de recorrer à Justiça. O projeto não trata do caso, que foi remetido à Constituição, onde são considerados inelegíveis, para os mesmos cargos, governadores, prefeitos e presidente, não importando se eleitos direta ou indiretamente. Roriz foi governador indireto do Distrito Federal ou supressador de la constituição do indireto do Distrito Federal ou supressador de la constituição do presidente.